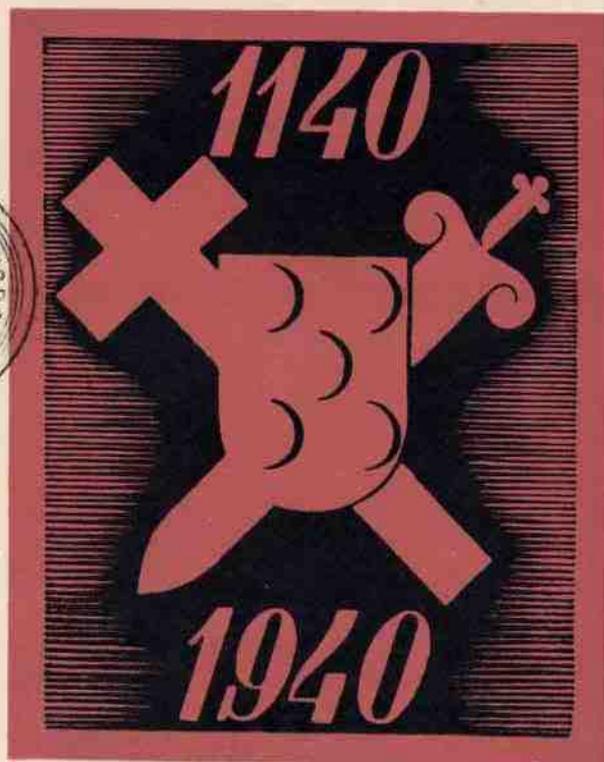


SITO LEG  
DEZ 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 22 — 31 de Outubro de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS  
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA  
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# S U M Á R I O

<i>O CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA COM CARLOS II, REI DE INGLATERRA — Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal . . . . .</i>	<i>1</i>
<i>DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 27 DE SETEMBRO, NA RECEPÇÃO AOS PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO, NO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS. . . . .</i>	<i>9</i>
<i>ALGUMAS CARTAS DE JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão</i>	<i>16</i>
<i>REFLEXOS DA RESTAURAÇÃO NA VILA DE TÔRRES VEDRAS — Rogério de Figueiredo Rêgo . . . . .</i>	<i>23</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — BELMONTE — SORTELHA — Cap. Jorge Larcher . . . . .</i>	<i>27</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA . . . . .</i>	<i>30</i>

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

( P A G A M E N T O   A D I A N T A D O )

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes . . . . .	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar . . . . .	30\$00	60\$00
Estrangeiro . . . . .	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais :

A fogo . . . . .	25\$00
A ouro . . . . .	30\$00
(Empaste) . . . . .	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# O CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA COM CARLOS II, REI DE INGLATERRA

NOTAS E ALGUMAS GRAVURAS QUE AO FACTO SE REFEREM

Muitos são os autores que se têm ocupado do casamento da excelsa Infanta de Portugal, D. Catarina de Bragança, com Carlos II, Rei da Grã-Bretanha, da Escócia e da Irlanda, da dinastia dos Stuarts, para que seja necessário relatarmos de novo todos os factos então sucedidos e que levaram à realização deste matrimónio.

O Conde da Ericeira, na sua «História do Portugal Restaurado»; D. António Caetano de Sousa, na «História Genealógica da Casa Real Portuguesa»; Francisco Brandano, na continuação da obra de seu tio Alexandre: «Dell'Istoria delle Guerre di Portogallo»; no Século XIX, a «História de Portugal segundo o plano de F. Denis», que é de Pinheiro Chagas; a edição que se lhe seguiu, já com o nome deste autor; Fonseca Benevides, nas «Rainhas de Portugal»; e, por fim, já no nosso Século, Fortunato de Almeida, na «História de Portugal»; Edgar Prestage, in «The Diplomatic Relations of Portugal with France, England, and Holland from 1640 to 1668»; o Conde de Sabugosa, nas «Donas de Tempos Idos»; o Prof. Ângelo Ribeiro, na «História de Portugal», dirigida pelo Doutor Damião Peres, etc., relatam o facto histórico que tanta importância teve, sobretudo por causa da nossa guerra com a Espanha; e o Dr. Eduardo Brazão ainda há pouco, num brilhante artigo do «Ocidente» (Vol. VI, N.º 15), veio recordar o «Protocolo da Partida... para Inglaterra», que consta de seis documentos, existentes na Torre do Tombo, pela primeira vez publicados no «Quadro Elementar...», do Visconde de Santarem, continuado por L. A. Rebello da Silva.

As pessoas da família dos Soberanos eram então elementos com que eles contavam para a sua política. Assim, filhas, irmãs, sobrinhas, as Senhoras da Real Família, serviam, como também, aliás, os elementos masculinos, para o monarca se apoiar, geralmente na sua política externa.

Embora estivessemos já a vinte anos passados do dia glorioso da Restauração, a guerra continuava, porfiando a Espanha em nos não reconhecer a independência. Era necessário, pois, deitar mão de todos os meios tendentes a reforçar a posição de Portugal no mapa político da Europa e se a acção dos nossos diplomatas durante o reinado de D. João IV fôra surpreendente, era preciso que nesta conjuntura fôsse perfeitamente eficaz. Vendo o «Restaurador» chegar seu filho D. Teodósio à idade própria, logo as relações diplomáticas

foram encetadas para o seu casamento, relações infelizmente frustradas pela morte prematura de tão esperançoso Príncipe.

Durante a regência da grande D. Luiza de Guzman chegava à idade núbil a Infanta D. Catarina e tôdas as esperanças foram postas na corôa de França. Porém à política daquele país servia melhor uma aliança matrimonial com a Espanha e Maria Tereza d'Austria foi partilhar do Tálamo de Luiz XIV.



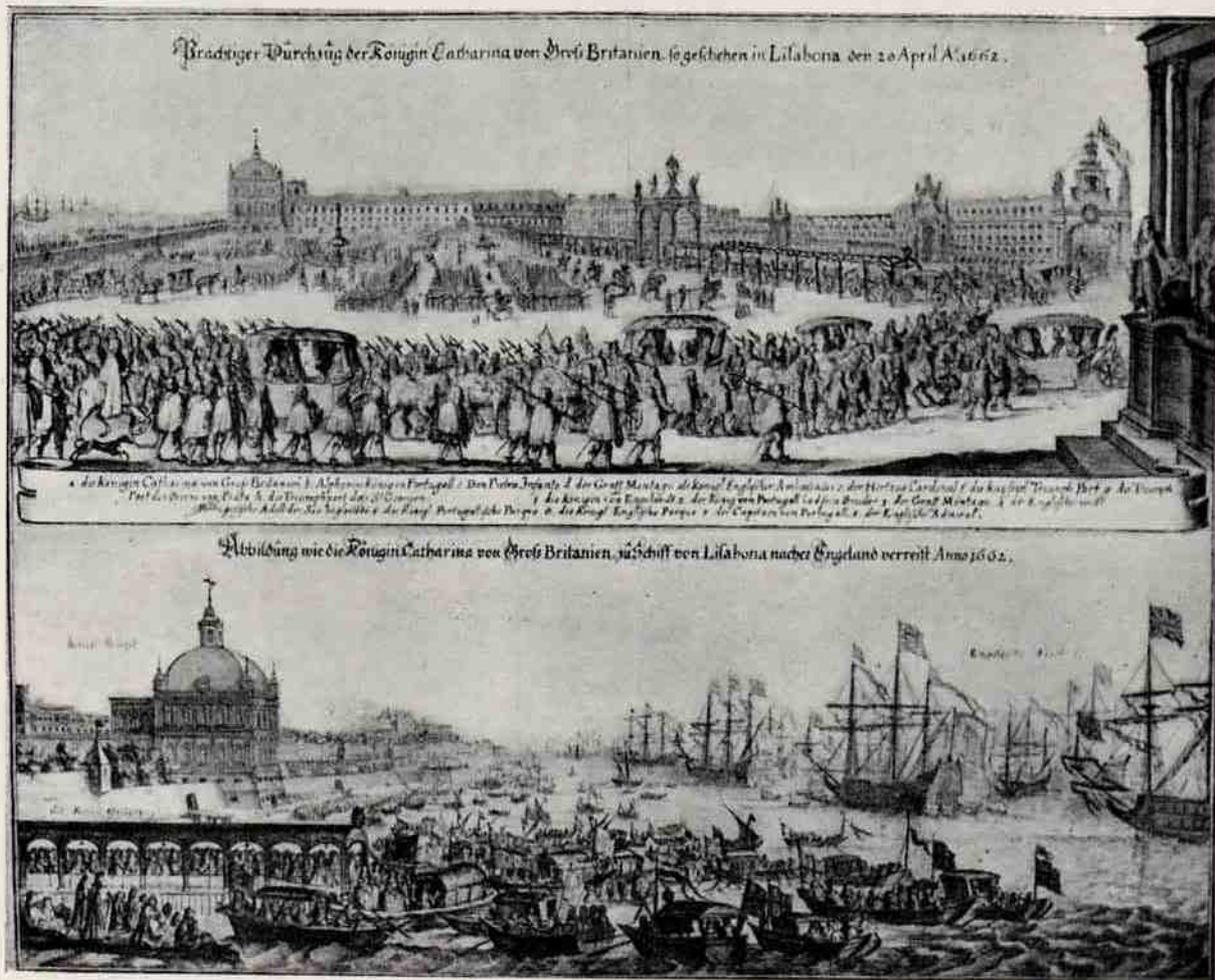
Touros Reais nas Festas do Casamento da Rainha da Gran Bretanha Em Lisboa 1662

1662 — TOUROS REAIS QUE SE CORRERAM, NO TERREIRO DO PAÇO,  
NAS FESTAS DO CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA

(col. de Vieira da Silva, gravura de Dick Stoop)

Mas em 1660 a Inglaterra restaurava a sua Monarquia, depois da experiência infeliz do republicano Cromwell, e o filho do mártir Carlos I voltava a Londres e era coroado com o nome de Carlos II. Ora, fracassadas as combinações com a França, a Grã-Bretanha monárquica servia à maravilha para uma aliança desta natureza, tanto mais que as relações entre os dois países vinham já de longa data.

«Não é coisa averiguada (escreve o Prof. Ângelo Ribeiro na História de Portugal, acima indicada, Vol. VI, págs. 88) se a ideia de tal matrimónio partiu do Conde da Ponte, nosso embaixador em Inglaterra; se de Sousa de Macedo, residente português naquela côrte



1662 — CORTEJO REAL EM DIRECÇÃO A SE E EMBARQUE DA RAINHA

(col. da C. M. L.)

e que prestara grandes serviços à Rainha-Mãe, viúva de Carlos I, e ao próprio Carlos II antes da restauração da monarquia britânica; se de Schomberg, quando passara por Inglaterra, procedendo ao embarque de tropas para Portugal».

Fôsse como fôsse, as relações encetaram-se e o negócio foi levado a bom fim, reali-

zando-se o casamento com grande aprazimento de Luiz XIV, que muito para êle contribuiu, e com muito despeito dos espanhois, que bem viam a importância de uma tal aliança.

O Conde da Ericeira diz no seu monumental trabalho que, sendo o nosso Embai-



1662 — PARTIDA DE D. CATARINA DE BRAGANÇA, VENDENDO-SE A PONTE, O BERGANTIM REAL E A ARMADA INGLESA

(col. da C. M. L.)

xador, Francisco de Mello, recebido em primeira audiência após a restauração da Monarquia, antes ainda dos representantes de França e de Holanda, vendo êle como o recebia o novo Monarca inglês «resultou animar-se... a principiar o tratado de casamento d'El Rey com a Infante D. Catherina..., vencendo os obstaculos, & diligencias, que os Castelhanos fizeram, para o embaraçar...»



Seria curioso, ao dar nesta Revista vulgarização a gravuras de tamanho interêsse, referentes a êste casamento, trasladar ao mesmo tempo o que diz Francesco Brandano a tal respeito na obra que citámos acima. Não permite o espaço de que dispomos grandes explicações, mas não resistimos a reproduzir um trecho de uma obra que anda tão pouco conhecida. Assim, diz Brandano, a págs. 408 do seu I volume: «Preparavansi sin dal principio di quest'anno [1662] magnifiche e splendide dimostrazioni di gioja per lo spozalizio dell'Infanta Caterina col Re della Gran Brettagna... e quando giunse l'Armata Inglese comandata da Odoardo de Montaguè Conte di Sanduic, il quale aveva anch'il carattere d'Ambasciatore straordinario, fu dato principio alle feste di luminarie, e caccie del Toro, fuochi, ed altre solite sontuosità, con cui sono allettati i Popoli ad applaudire a'buoni eventi de'loro Regnanti, e queste continuarono fin'al giorno 23 d'Aprile destinato alla partenza della nuova Regina».

No volume seguinte, a págs. 47, fala Brandano da viagem e chegada de D. Catarina a Inglaterra, da primeira entrevista com o marido, da satisfação dêste, dos desposórios, da lua de mel e, finalmente, da entrada em Londres, em 2 de Setembro.

Algumas gravuras apareceram respeitantes a tão importante acontecimento, sendo umas muito vulgarizadas depois e reproduzidas de várias fórmulas.

A de Dick Stoop, publicada nesta Revista no N.º 14, de Fevereiro dêste ano, juntamos agora estas, que nos parecem verdadeiramente interessantes e pouco conhecidas.

Por ordem cronológica deve ser a primeira a que representa o aparato dos Touros Reais, celebrados no Terreiro do Paço, em que a banda sul da Praça foi encerrada por extensas filas de três ordens de camarotes. Esta gravura, água forte, também de Dick Stoop, da colecção Vieira da Silva, tem a data de 1661, mas, a menos que a função se realizasse por a ocasião de se ter concluído a negociação do casamento (que foi daquele ano), a data estará errada, pois que as festas propriamente da celebração do casamento se realizaram já em 1662. Outra gravura existe de uma tourada no Terreiro do Paço, levada a efeito, pouco mais ou menos, por esta época. Vem na «Galerie Agréable du Monde», obra editada em Leide, por Pedro van der Aa, e cujo primeiro volume, por sinal com uma linda portada armoriada, gravura a preto e vermelho, se refere a Portugal, com o título seguinte: «Le Roiaume de / Portugal / représenté en tailles-douces. / Ou on voit ses principales Villes, à plain ou de profil ; / leur Situation, & ce qu'elles ont de plus remarquable ; / avec une courte explication sous chaque planche: / les estampes aiant été dessinées sur les lieux, & gravées exactment. / Présenté / A Sa Majesté Dom JEAN. V. / Roi de Portugal et des Algarves, &c. &c. / Par son très-humble & très-obeissant Serviteur Pierre van der Aa. / [Gravura das Armas Reais] / I. I. / A Leide, Chez Pierre van der Aa, Marchand Libraire, Impri-meur Ordinaire de l'Université & de la Ville, demeurant dans l'Academie / Qui par ses soins à recueilli & mis en ordre cet Ouvrage, lequel il donne au Public dans une forme commode».

A segunda gravura, tirada dum exemplar existente na Câmara Municipal de Lisboa, representa duas vistas: a de cima, com a letra seguinte ao alto: «Prächtiger Dürchzûg

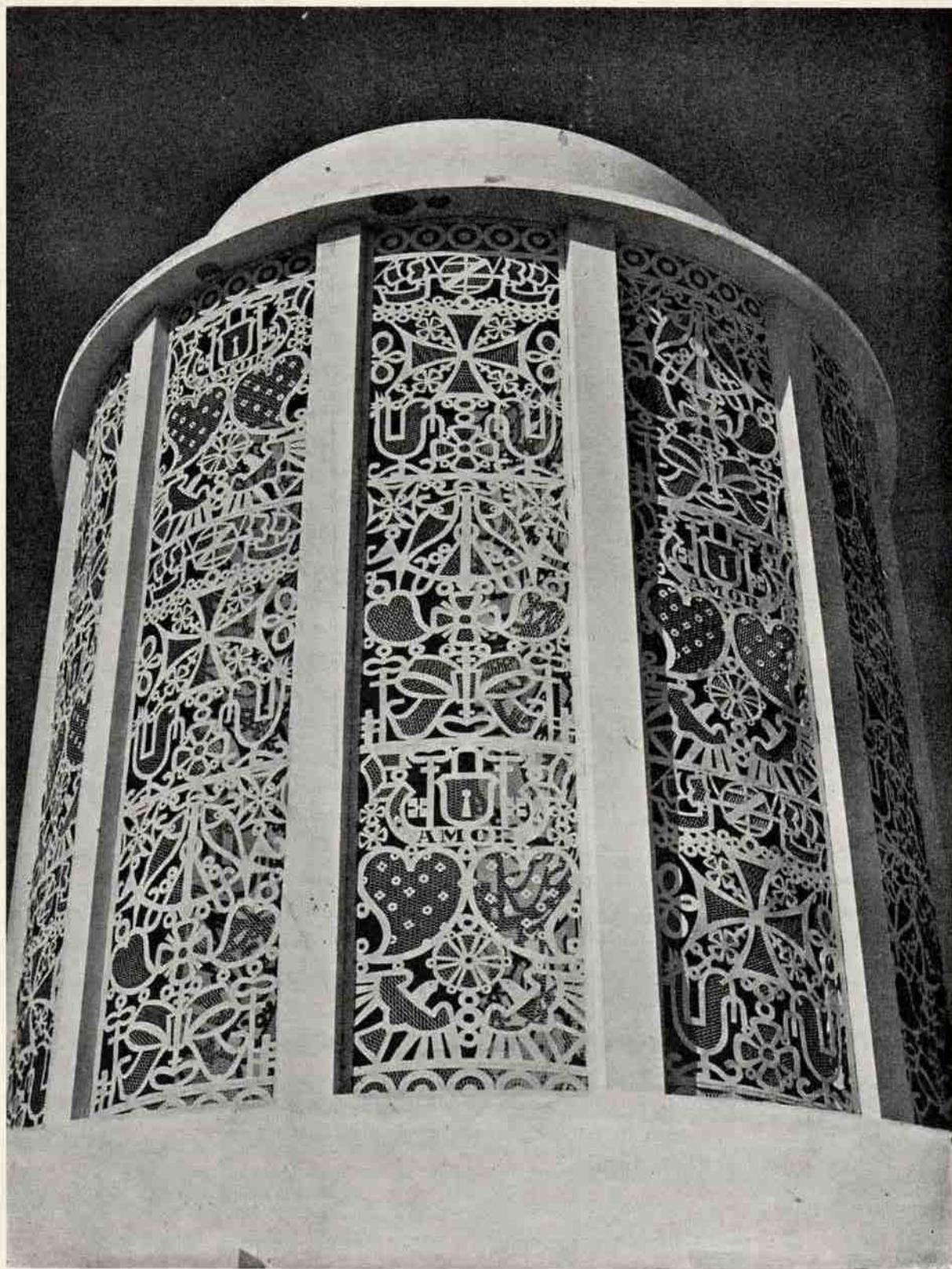
der Königin Catharina von Gross Britanien so geschehen in Lisabona den 20 April A° 1662.» e a da parte inferior, dizendo, também no alto, o seguinte: «Abbildung wie die Königin Catharina von Gross Britanien zû Schiff von Lisabona nacher Engeland verreist Anno 1662». *Dividindo as duas vistas há uma fita com a seguinte legenda em duas partes; a primeira refere-se à do alto e a segunda à da vista de baixo. Diz assim: «a. Die Königin Catharina von gross Britanien. b. Alphonsus König in Portugall. c. D. Pedro Infante. d. der Graff Montagu als konigl. Englischer Ambassador. e. der Herzog Cardinal. f. die Keiserl. Triumph Port. g. die Triumph Port. des Orives von Prata. h. die Triumphport dess St. Georgen. 1. die Königin von Engelandt. 2. der König von Portugall und sein Bruder. 3. der Graff Montagu. 4. der Englische undt Portugesische Adell der Sie begleitete. 5. die Königl. Portugalische Parque. 6. die Königl. Englische Parque. 7. der Capitain von Portugall. 8. der Englische Admiral.» Na própria vista inferior se vê ainda, junto ao Torreão: «Königl. Pallast»; sobre a ponte; die «Royall Gallery»; e sobre os navios; «Engelische Floot».*

É a terceira gravura tirada da obra editada por van der Aa, já acima citada, com a seguinte legenda: «Embarquement de la Princesse de Portugal, Catherine, Epouse de Charles II, Roi d'Angleterre.» Como para aquela obra tivesse sido gravada ao contrário, fizemos a reprodução no sentido em que devia ser, embora a legenda ficasse transposta.

A última gravura que apresentamos, também composta de duas vistas e da mesma procedência que a segunda, mostra o desembarque de D. Catarina em Portsmouth e a chegada a Londres, cada uma com a sua letra, como segue: «Abbildung wie die Königin von Gross Britanien zû Portsmout an gelangt ist den 25 Maij Anno 1662.» e «Abbildung wie die Statt London den König und Königin von Hampton Court komendt nacher Whithall auf dem flüss Thames begleitethat. 23 Aug. 1662.» A legenda que divide as duas vistas diz, respectivamente: «a. die Königin und Hertzog von York. b. Königl Grosskamerer, Graf von Manchester. c. Hertzog von Ormond. d. Portugesische Ambassador. d. der Englische Admiral Montagu. f. der Königl. Marschall. g. Königl. Rath. h. Admiral Montagu Parque. i. dess Hertzog von York Lustschiff. k. die Englische Floot. l. Insul Wight.»; e: «1. König und Königin Schiff. 2. dess Lord Major und dess gantzen Rath von Londenschiff. 3. Chelsi».

Para terminar diremos que em muitas obras históricas se descreve esta aliança real e se refere a sua importância, obras não só portuguesas como estrangeiras, sobretudo inglesas; além do que, pela época do casamento de D. Catarina, várias Relações apareceram escritas em idiomas português e castelhano, fazendo ressaltar a vitória diplomática da Corôa lusitana; hoje algumas delas muito raras, cuja nota bibliográfica seria muito oportuno inserir aqui, não no-lo consentindo porém já a extensão deste artigo.

Lisboa-Ajuda, Abril, 1940.



TORRE DO PAVILHÃO DE OURIVESARIA, NO CENTRO REGIONAL DA  
EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

## DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 27 DE SETEMBRO, NA RECEPÇÃO AOS PROFESSORES DE ENSI- NO PRIMÁRIO, NO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Meus senhores :

Foi grato ao Ministério da Educação Nacional saber que o Commissariado pensara em organizar a Semana do Professorado Primário na Exposição do Mundo Português. Acolheu a idea com o maior interêsse e logo se prontificou a prestar à sua realização tôda a assistência e tôdas as facilidades que pudesse. Se a lição que aqui se colhe aviva na alma de todos os portugueses que a tomam o amor por Portugal, ao professor primário cabe mais do que a alguém recebê-la. Êle é, com a família, quem primeiro toca a alma da criança, do Portugal de amanhã. Deve ter as mãos afeiçoadas na rica forja da nossa história para a modelar com «sentido»; deve ter o peito cheio de amor pela vida do nosso génio para a tomar do mesmo amor. Que o amor tem sêde de se comunicar!

Aqui a forja é chama viva que abrasa o peito de amor!

Eu tenho para mim que, quando se quiere dar a impressão viva de um povo ou de uma época, não deve ter-se a preocupação de guardar uma grande fidelidade à verdade histórica. Isto não significa que eu me rebele contra ela: desejo-a, quero-a defendida. Mas é certo que o mesmo factó, visto de planos diversos ou batido de vária luz, pode despertar estados de alma diferentes e aparecer como portador de diferentes sentidos. Por isso é que para dar a alma de um povo pode ser preciso escolher os factos em que ficou impressa, ou os planos de onde hão-de ser vistos, ou a luz que há-de iluminá-los. A lenda é mais impressiva e, muitas vezes, mais expressiva do que o factó rigorosamente histórico. A fantasia desperta freqüentemente uma imagem mais verdadeira da realidade do que a própria realidade.

No «Mundo Português» a história parece lenda, a realidade parece fantasia! Tão grande êle foi — e ainda é — tão grande as «esforçadas gentes» que o construíram.

Não vou vestir-me de romeiro e descrever-vos a romagem que fiz e vós fizestes pelo

«Mundo Português». Não quero esbater com a minha as vossas emoções. Vou só aproveitar uma ou outra lição que da Exposição se tira: aquelas que melhor me parece adaptarem-se ao pensamento da Semana.

Aqui se marca o espírito ao mesmo tempo nacionalista e universalista da gente portuguesa.

Na época da fundação, cria-se o sentimento forte da nacionalidade. As lutas que então se travam são conduzidas contra o estrangeiro dominador, mas o ardor combativo é animado pelo sentimento religioso dos combatentes. São lutas de religião. Tôda a religião é portadora de uma certa concepção do universo. A religião cristã por que se batiam é portadora de uma que enlaça tôda a Humanidade num só feixe, atribuindo-lhe a mesma origem e o mesmo destino. É uma concepção do universo, e uma concepção universalista. Compreende-se que tenha criado nos portugueses espírito universalista.

Universalista não é o oposto de nacionalista. A luta conduzida contra o mouro era-o também contra o estrangeiro. A luta aproxima os homens; cria-lhes a consciência de grupo ou avigora-lha.

Sofrer das mesmas privações, suportar os mesmos sacrifícios, padecer de iguais ansiedades; participar das mesmas alegrias, ter os mesmos entusiasmos e inebriar-se no mesmo deslumbramento de vitória — tudo isto é criar um património comum a que se quiere como à própria vida, porque êle é a expressão, a imagem real da vida. Sem êle a vida não tinha história: era como se não se tivesse vivido. É um património imaterial que só tem interêsse para aqueles que o formaram ou para os que continuem e que, por isso, aspira a projectar-se na terra e nas gerações. E, quando êste património se formou na conquista da terra, não pode separar-se dela; a terra é condição do seu viver.

Fica assim definida a idea do nosso nacionalismo. A Pátria é a «terra patrum». É o património material onde as gerações acumulam um património imaterial que só tem interêsse para as que lhes sucedem e, por isso, aspira ao exclusivismo.

Só tem interêsse para as gerações que lhes sucedem, enquanto constitue a «sua» história; mas a sua história pode exprimir uma forma superior de civilização e, neste caso, o interêsse dela ultrapassa as fronteiras da Pátria para se alargar à Humanidade inteira.

E aqui está como nacionalismo não é o oposto de universalismo.

Há povos que nasceram para portadores de civilização. São os que melhor interpretam, os que melhor exprimem na sua vida a alma da Humanidade; os que levam até junto dos outros a luz clara dos valores eternos e universais, que são a medida divina da bondade, da beleza e do bem.

Portugal pertence ao número dêsses.

«Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,  
Que o fraco poder vosso não pesais ;  
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,  
*A lei da vida Eterna dilatais*»:

Um povo tem tanto mais carácter, tanto mais forte será o seu nacionalismo quanto maiores forem as suas virtualidades de expressão da alma humana, quere dizer, quanto mais viva fôr a sua vocação universalista.

Foi a nossa vocação universalista que, depois da fundação e da conquista, nos lançou no caminho das descobertas. Tivemos e ainda temos um Império; melhor direi: «fomos» e ainda «somos» um Império. Mas, com grande aproximação, podemos dizer que nunca tivemos espírito imperialista.

Os novos mundos que demos ao Mundo tomámo-los como uma «obrigação» e não como centros de exploração. É claro o estremecimento expresso nas *Décadas*: «Afigurava-se-lhes que o reino iria tomar sôbre os ombros, «de sua obrigação», um mundo não pintado, mas verdadeiro, que às vezes o podia fazer acurvar com o gran pêso da terra, do mar, do vento e do ardor do sol que em si continha, e, o que era mais grave e pesado que estes elementos, a variedade de tantas gentes como nêle habitavam».

O nosso nacionalismo não seria o contrário de imperialismo, mas é certo que não era imperialismo.

O contrário de nacionalismo é o internacionalismo. Êste é uma criação da história contemporânea; não foi conhecido dos nossos maiores, dos construtores de Portugal. Ou sobrepõe o indivíduo à pátria, fazendo dêle cidadão do Mundo, sem negar explicitamente esta, e é individualismo; ou nega a legitimidade de fronteiras económicas, mirrando as pátrias na luta da concorrência, e é imperialismo capitalista ou liberalismo; ou nega explicitamente a própria idea de pátria, substituindo-lhe a de classe, e é comunismo.

O Estado Novo tem procurado restituir Portugal aos caminhos abertos pela sua tradição histórica e quere continuar nesta senda. Ê, portanto, contra tôdas as formas de internacionalismo que estão em opposição aberta com aquela tradição. Foi, por isso, com justificado alvoroço que o Ministro da Educação Nacional acarinhou a idea da semana do professorado primário na Exposição do Mundo Português. Aqui se sentem as fontes abundantes do nosso nacionalismo. Quem beber da sua água há-de ser tomado da idea de Portugal eterno e da ânsia de a comunicar. O Estado Novo quere a mocidade formada no ambiente nacionalista respirado pela nossa História. Compreende-se que procure ver possuidos dessa idea os que primeiro começam a afeiçoar a alma da mocidade: os professores primários.

«No ambiente nacionalista respirado pela nossa História», disse.

Ê portanto contra todos os internacionalismos, ou sejam individualistas ou liberais ou comunistas. Compreender-se-á que tome as maiores precauções relativamente a alguém

que, ocupando o primeiro lugar na formação dos portugueses, se mostre ainda inclinado para qualquer daqueles sistemas.

Outra grande lição que aqui se toma é a do valor das «élites», sagradas pelo Chefe. Quem escolhe os dirigentes não é a irresponsabilidade anónima da massa; é o tino do Chefe, consciente das responsabilidades que o seu officio lhe impõe. Dos resultados do sistema pode tomar-se conhecimento à vista de quasi tôdas as paredes dos palácios da Exposição. Não quero enumerar. Só se topa com modêlos de lealdade e dedicação ao seu rei, porque o rei era a expressão máxima da Pátria. E logo lhe falavam claro, se lhes pedia conselho, ou o chamavam à consciência do seu officio, se o viam afastar-se do que acreditavam ser o interesse da Pátria.

Não havia perigo que os detivesse, acto de valor que os não solicitasse, sacrificios a que se não dessem de alma alegre, por servir!

E o povo tinha confiança nos condutores que lhe eram dados e servia com a mesma alma, com a mesma dedicação, com o mesmo espirito de sacrificio com que serviam. Se os condutores se excediam, lá estava o rei, ao lado do qual sempre esteve o povo, para defender o povo. E assim se lançaram na conquista e nas descobertas.

«Olhai que ledos vão, por várias vias,  
Quais rompentes leões e bravos touros.  
Dando os corpos a fomes e vigias,  
A ferro, a fogo, a setas e pelouros».

Quero aqui destacar o gôsto de servir, o espirito de sacrificio no servir e de confiança nos dirigentes.

Êste gôsto e êste espirito esbateram-se com o dobar do tempo: esbateram-se muito na parte da população que vivia ou era atraída para os centros urbanos; no resto, sempre se foram mantendo. Ê preciso reavivá-los. Sem êles esmorece o sentimento de grupo ou de pátria e torna-se impossível o govêrno, a ordem, a disciplina. Ê a iminência da derrocada. Factos que estão a passar-se no Mundo mostram que é assim. Para os não acordar a derrocada e para esta se não sofrer, é preciso reavivá-los a tempo. Cabe-vos em primeiro lugar, a vós que com os párcos tendes um contacto mais immediato com o povo, empenhar-vos na grande cruzada; a vós, junto de quem aparece primeiro a juventude, formá-la naquele gôsto e naquele espirito. Ê ainda restituir Portugal aos caminhos abertos pela sua tradição histórica.

Este é o grande sentido da Exposição do Mundo Português: a sugestão viva do passado para o continuar no presente e no futuro.

O homem que a concebeu mostra-se, só de a conceber assim, o intérprete autêntico mais qualificado da alma portuguesa. Merece a confiança dos portugueses.

Soube escolher os colaboradores que haviam de executar-lhe o pensamento. Não falo agora do revestimento interno dos pavilhões; quero falar da grandeza, da harmonia, da beleza externa do conjunto da Exposição.

Quero colocar-me ali na Praça do Império e deixar andar os olhos e deixar poisar os olhos...

Vejo um nimbo de luz discreta a afagar o Mosteiro dos Jerónimos, a fazer sonhar as pedras... Vejo a grandeza da Praça do Império com a sua teoria de fontes luminosas e o ar senhorial que lhe emprestam os palácios que a cercam e que ela empresta aos palácios, vigorosos nas suas belas linhas arquitectónicas... Vejo o monumento do Infante na sua ânsia de rasgar o mar que lhe beija com doçura o pedestal...

...Vejo... sinto a grandeza de Portugal!

Há muito de novo em Portugal!

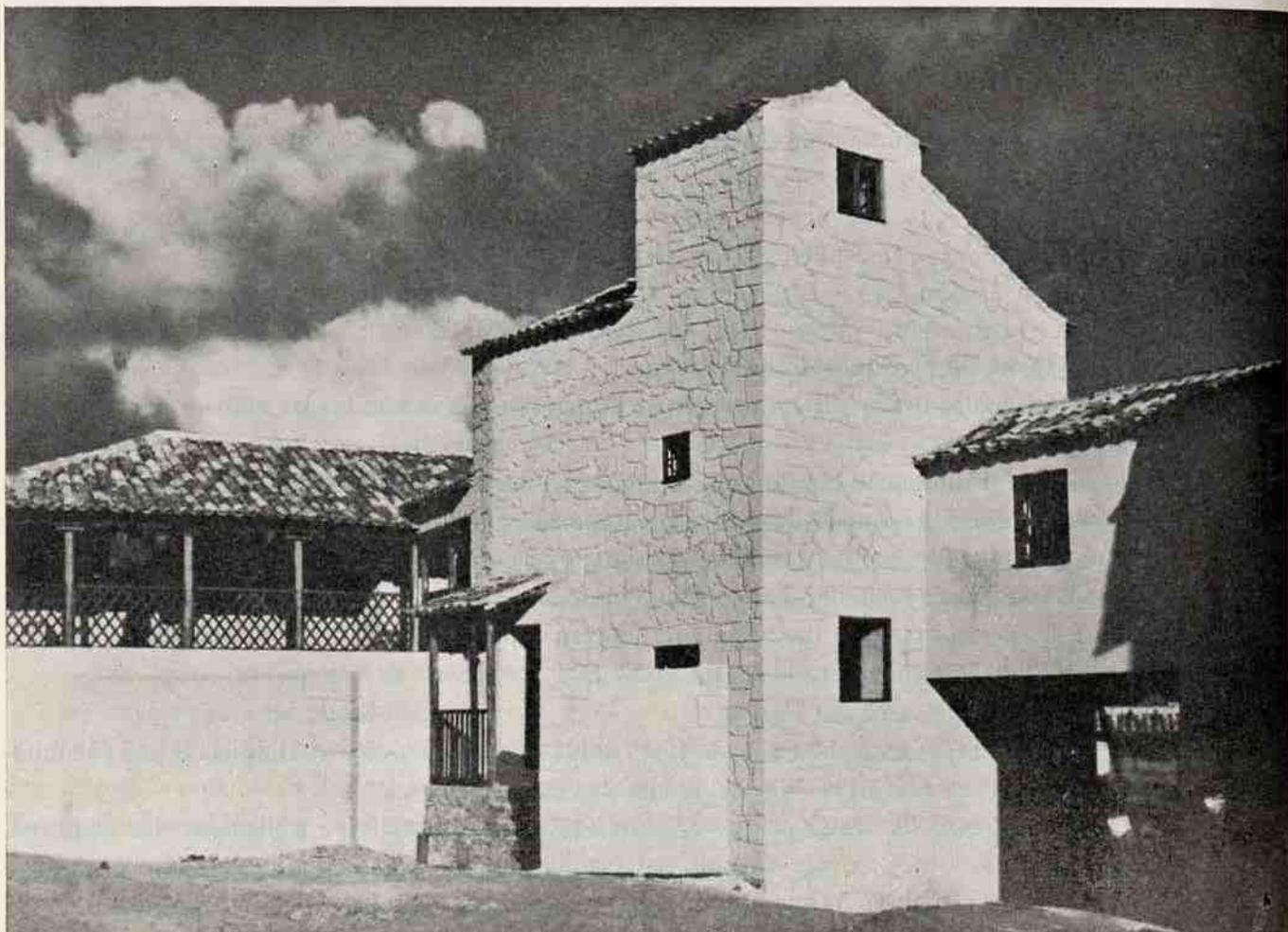
O homem que concebeu a Exposição sabia-o e arrojou-se a realizá-la. Hi de reconhecer-se que merece a gratidão e a confiança dos portugueses.

No momento de tragédia que o Mundo passa, Portugal vive a placidez das suas festas centenárias. Dir-se-ia que alguma estrêla ilumina as vistas daquele que tem o encargo de nos dirigir, já que só êxitos têm coroados as atitudes tomadas. Os que criticaram as atitudes tiveram de curvar-se diante dos resultados.

Poderão chegar horas de sacrificio. O capital de confiança adquirido ensina a todos que devem ter fé em quem governa e esperar sem impaciências perturbadoras, que a melhor solução chegará.

Ê neste pensamento e exortando-vos a que trabalheis por o fazer viver que eu levanto o meu copo e bebo — por Portugal e pelo professorado primário.





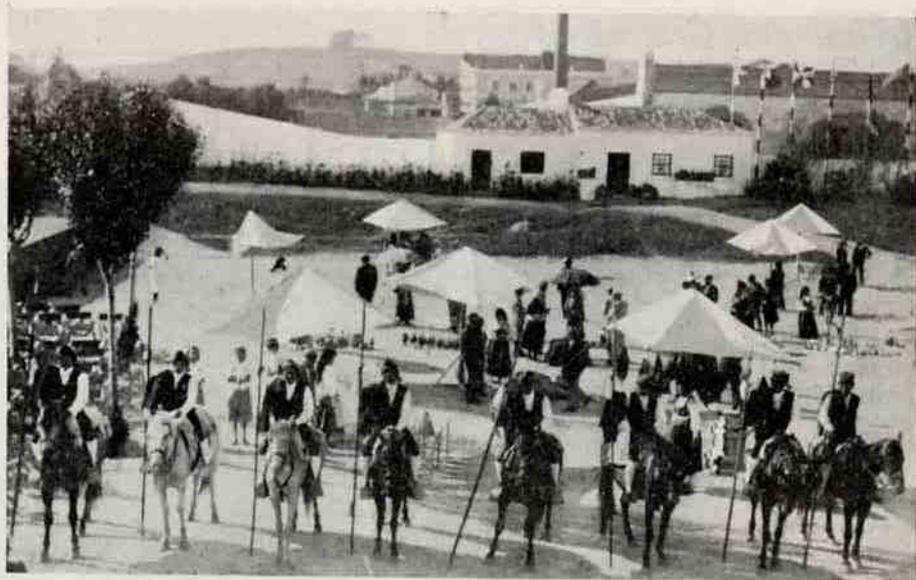
TRAZ-OS-MONTES

UM ASPECTO DA FEIRA



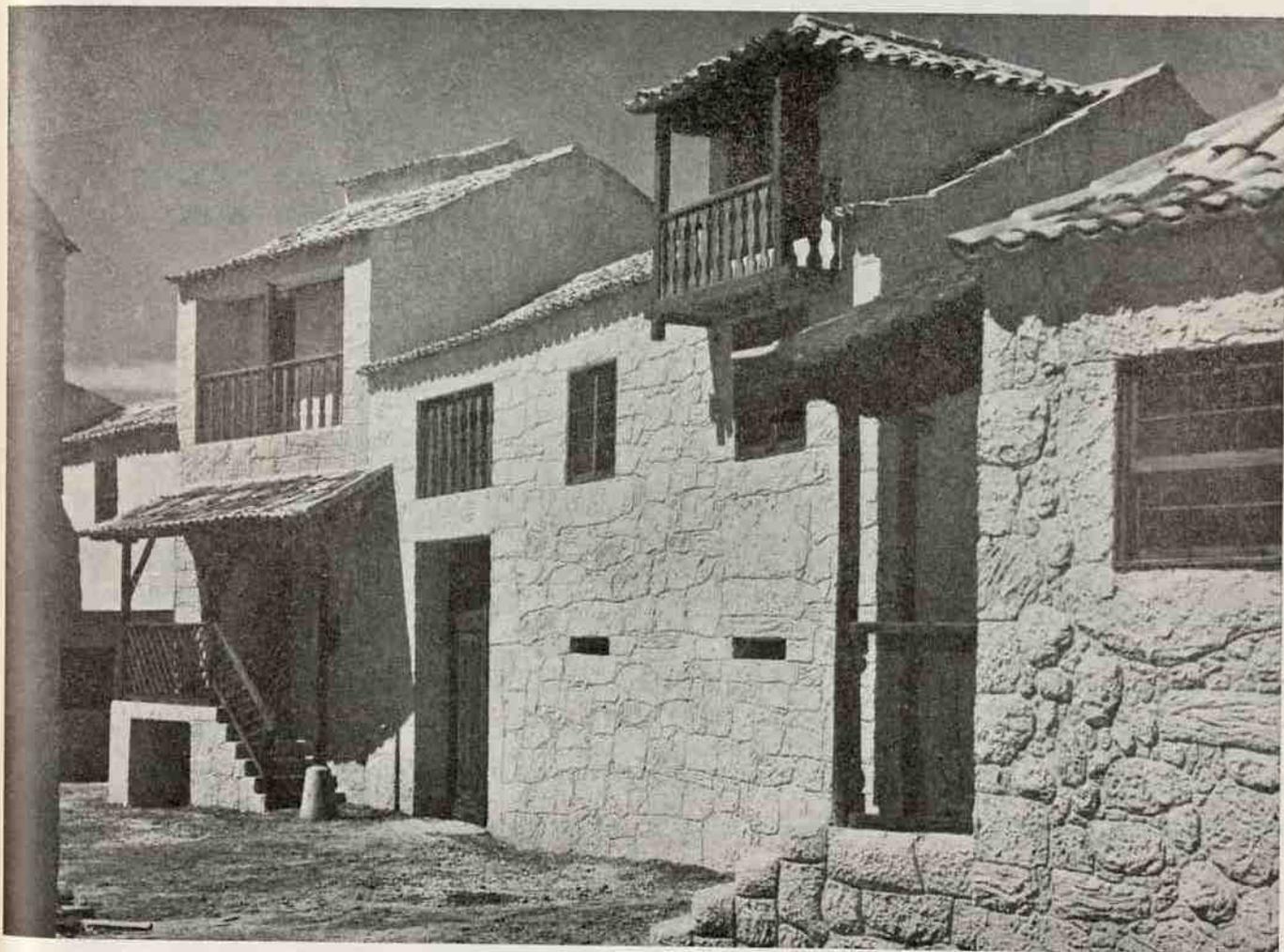
CENTRO  
REGIONAL  
REALIZAÇÃO DO SPN

# EXPOSI ÇÃO DO MUNDO PORTU GUÊS



*UM GRUPO DE CAMPINOS NO LARGO DA FEIRA*

*CASA DO PAÛL — BEIRA BAIXA*



# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Continuamos a publicar as ordens de D. João IV para o Governo do Alentejo e fechamos hoje esta secção com um documento curiosíssimo que não sendo uma carta do Rei, tem nas costas escrito pelo seu punho estas palavras:

###  
 papel muito notavel do q'  
 a de suceder em portugal  
 feito no anno de 1648.  
 a mesma pessoa mo deu.

so para eu ver

Encontrámos êste papel na Biblioteca da Ajuda (Pasta 52-X-4-doc. n.º 2), estando muito estragado e havendo talvez mesmo o risco de se perder de todo pela sua má qualidade. Aqui o arquivamos, salvando assim uma espécie documental digna da maior atenção e dando a conhecer um aspecto curioso da mentalidade e do espirito da época.

## XXV

«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.<sup>to</sup> saudar, como aquelle q̃ amo. Hauendo visto as vossas cartas, em q̃ me propusestes sojeitos para os postos da Camp.<sup>a</sup> de Infanteria q̃ assiste no Castello de Villa Viçosa, para ajudante de Thenente geral, e Sargentos mores da gente da ordenança das Comarcas de Euora Beja e de Estremos, me pareceo dizeruos q̃ Eu fuy seruido nomear para capitão da comp.<sup>a</sup> do Castello de Villa Viçosa ao Alferes Luis da Costa Barbosa, e para Ajudante de Then.<sup>to</sup> g.<sup>al</sup> a João do Crato Affonsequa e para Sargento mor da Comarca de Euora a Bertholameu Sanches para a de Beja a Simão Perejra da Sylueira, e para Estremos a João Ferreira Peres, todos primeiro nomeados por Vos, de q̃ lhes



DENIZ DE MELO E CASTRO, 1.º CONDE DAS GALVEIAS.  
FOI GOVERNADOR DAS ARMAS NA PROVINCIA DO  
ALENTEJO EM 1705, COMANDANTE DA CAVALARIA  
EM MONTES CLAROS, TENDO SERVIDO NO EXÉRCITO  
DESDE 1640 «COM GRANDE REPUTAÇÃO»

tenho mandado passar patentes, e pareceome auisaruolo para q̄ tendoo entendido lhes deixeis exercitar seus postos. Escrita em Saluaterra a 31 de Jan.<sup>mo</sup> de 1654.

Rey . . .

Dom Alu.<sup>o</sup> Abranches de Cam.<sup>ta</sup>

Pedro Cesar de meneses

Para o Conde de Soure Mestre de Campo g.<sup>al</sup> do Ex.<sup>mo</sup> de Alentejo». (1)

### XXVI

«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.<sup>to</sup> saudar como aquelle q̄ amo. Vi a uossa carta de 24 de Dezembro proximo passado, em que representais á falta q̄ faz á administração da justiça não hauer ha m.<sup>tos</sup> dias Juiz de fora em Oliuença. E porq̄ ao Desembargo do Paço tenho mandado ordenar, faça logo partir este Juiz, me pareceo auizaruolo, para q̄ o tenhais entendido. Escrita em Lx.<sup>a</sup> 31 de Jan.<sup>mo</sup> de 1654.

Rey . . .

Dom Alu.<sup>o</sup> de Abranches de Cam.<sup>ta</sup>

Pedro Cesar de meneses

P.<sup>a</sup> o Conde de Soure». (2)

★★

«M.<sup>to</sup> cansado ando por maginar nas cousas q̄ se ão de aconteser neste reino.

Alenbrasa de algus sosesos deste Reino

Na Era de 1648 me veo a notisia q̄ auia de uir hu omen p.<sup>a</sup> matar a sua mag.<sup>de</sup> q̄ dês gd<sup>o</sup> E isto das oito p.<sup>a</sup> as noue o quoa dia não asentei por cuidar não seria asim e outras m.<sup>tas</sup> mais cousas || Mais na era de simcoenta e hu alcansei q̄ aueria hu tremor na tera q̄ ate as casas aballarião e disto dise a m.<sup>ta</sup> gente q̄ dara fé.

E alcansei do loreto e dos ingresinhos q̄ auião de arder como ende mal sosedera de m.<sup>tas</sup> mais cousas q̄ não asentei por me pasaren do sentido e desejando de auisar a sua mag.<sup>de</sup> q̄ dês garde destes insendios e de outros q̄ imde mal q̄ por meus pecados ão de soseder por m.<sup>tas</sup> cousas q̄ se fosen cõtra noso Sõr e me ponho m.<sup>tas</sup> veses a maginar diante de nosa se-

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 58.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 115.



D. JOÃO IV

nhora e de san uicente casa aonde se fassen m.<sup>tos</sup> millagres. E en outra jgreia noua q̄ fis diante de hu Christo. Estou vendo o q̄ esta p.<sup>a</sup> soseder outros insendios en outras jgreias deste reino. E por isto fis grande orasois e jeium por q̄ seria grande perda de..... Reino, e me parese q̄ dēs nos quer castigar..... comesar nos seus tenplos p.<sup>a</sup> nos dar exsenplo..... histo por oie se gouernar m.<sup>tas</sup> cousas..... por iudeus e inimigos da fee de sua mag.<sup>de</sup>..... g.<sup>de</sup> por q̄ quen não e lleal o dis mal o pode ser..... Rei E estamos vendo q̄ a imagen de Christo ..... noso estende o obra so direito sobre per tu..... e nos ueo a llibras do duro captiueiro de Castella || e nosa irman llianor Rois da cidade de Evora o declarou asim ao marques de fereira m.<sup>tos</sup> annos antes || E veio oie m.<sup>tos</sup> testemunhos falsos. E que m.<sup>tos</sup> se ten descubridos e m.<sup>tos</sup> mais se ão de descubrir || veio q̄ se perparão m.<sup>tos</sup> Reinos inimiguos nosos p.<sup>a</sup> uirem sobre este Reino de pertugal q̄ dēs nos garde os quais senpre pretugal uensera e tera grandes uitorias se não ouuer traisois p.<sup>a</sup> o remedio de não auer treisois he mandar sua mag.<sup>de</sup> q̄ dēs g.<sup>de</sup> tirar grandes rejidensias p.<sup>a</sup> q̄ aião medo delle como e bem q̄ o temão e mudando algus gouernadores e Cappitais de algus Castelllos e gouernos || mais ueio q̄ o enperador prepara grande armada p.<sup>a</sup> mandar a el Rei de Castella e m.<sup>tos</sup> jgreios pondose cõtra nos E a Rajnha de suesia se enfadara m.<sup>to</sup> cõ o q̄ uir de ingallatera || e auera outro tremor na tera como o q̄ foi na era de sincoenta e hu. E m.<sup>tas</sup> mais cousas q̄ estão por uirse acõteserão..... aduirto que uira hu sabio de alamanha p.<sup>a</sup> faser pesonha a el Rei de Castella p.<sup>a</sup> matar a sua mag.<sup>de</sup> q̄ dēs nos g.<sup>de</sup> mandado do en..... rador. E elle e outros en madril farão a .....onha de tres ou coatro callidades huã en po..... outra en carta fichada e outra p.<sup>a</sup> llansa..... por onde passar sua mag.<sup>de</sup> q̄ dēs g.<sup>de</sup> e a mesma..... omta deren en Castella aos sacratarios..... sua mag.<sup>de</sup> q̄ dēs nos g.<sup>de</sup> ainda q̄ são pou..... sua mag.<sup>de</sup>. E millagrosam.<sup>to</sup> pode escapar se não se não cõ ainda de dēs q̄ o garde e aumente por fellices annos p.<sup>a</sup> enparo do Reino e cõsidero os jregios q̄ se ão de fazer as cruses e crusificios e serão asoutados dos iudeus e de outros inimigos e el Rei de Castela ordenara de mandar a pesonha q̄ os sabios fiserem a lisboa por hu omen pertuges se o achar q̄ a queira traser q̄ ende mal q̄ não falta quen por dadeuas e promesas queira faser mal e por esa via pode andar m.<sup>to</sup> tpo en llisboa sen ningen o saber estimara estar en parte donde pudera remediar jso ou auisar a sua mag.<sup>de</sup> q̄ dēs g.<sup>de</sup> q̄ se fora resgardando porq̄ asin cõuen a sua mag.<sup>de</sup> aos ditos sacratarios por q̄ ten m.<sup>tos</sup> inimigos || m.<sup>tas</sup> veses tiue huãs uisois de sonhos q̄ estaua falando cõ sua mag.<sup>de</sup> dandolhe cõta destas e outras m.<sup>tas</sup> cousas e Estaua m.<sup>to</sup> allegre cõ iso e acordando me olhaua diante de noso Sõr e do martere san vicente e antão cõ huã cõfusão q̄..... era p.<sup>a</sup> fallar a sua mag.<sup>de</sup> e q̄ não tinha meresimentos p.<sup>a</sup> iso mais hu monarquia lusitano en captiueiro..... de hu Rei

cruel tirano q̄ seus Reinos per..... cõ pesonha o matara parese entender..... llo Sõr don duarte e o mesmo termina dar a sua..... q̄ dês g.<sup>do</sup> mas nunca dês o ajudara men..... Reino ben sera..... nenhu ficara e pe..... gal senper tera uitorias não auendo tre..... suposto q̄..... Barcellona se não for por trejsão nunca mais a uensera q̄ toda a sua fortuna en Cataluna se comesou e nunca mais se acabara|por q̄ se perparão cõtra ele grandes armadas||e na jlha de santa illena farão os inimigos nosos huã fortaleza cõ que nos acabarão mais depresa as nosas careiras da nosas tera q̄ estão fora do reino e mormente a india e outras ilhas e tanben nas berllengas farão o mesmo e sera grande cõbate p.<sup>a</sup> a bara de lx.<sup>a</sup> e algus ilhas de pertugal sogeitas ão de ser m.<sup>to</sup> cõbatidas de inimigos e dês nos queira guardar e queira ele q̄ nos não tome alguã prasa de alguã dellas por q̄ a m.<sup>ta</sup> forsa o pode faser e o brasil q̄ A de ser m.<sup>to</sup> mais cõbatido dos inimigos e mais a india e mande Dês q̄ não tomen alguãs prasas suas por q̄ ueio q̄ se uai acabando por m.<sup>tas</sup> cousas q̄ não digo por seren m.<sup>tas</sup> e tanben ben en pertugal el Rei noso Sõr estar ennosentemente e acõteserlhe m.<sup>tas</sup> cousas as quouis são m.<sup>tas</sup> e m.<sup>tas</sup> || dos meus grandes pecados e dês nos acuda pela sua misiricordia e tãoben sua mag.<sup>do</sup> ueio q̄ falla cõ m.<sup>tos</sup> seus inimigos q̄ se fassen m.<sup>to</sup> seus amigos e ão lhe de armar grandes treisois e q̄ millagrosamente pode escapar se dês o não guardar como cõfio eu nele q̄ q̄ senpre o fauoresera cõ a sua misiricordia mas ueio q̄ todos os dias o estão enganando a sua mag.<sup>do</sup> q̄ dês g.<sup>do</sup> porq̄ ten m.<sup>tos</sup> o corasão en Castella e mais algus q̄ sua mag.<sup>do</sup> não cuida q̄ queren por este Reino en pouquo creto e por iso dês nos queira acudir e ajudar por q̄ quen ten a dês não a mister mais nada mas veio pertugal abrasado cõ m.<sup>tos</sup> pecados porque dês ia soberteo m.<sup>tas</sup> cidades e asim estemos nos arisquados a nos acõteser por q̄ dês espera huano e espera outro e outros e no cabo se não..... ren enmendar uen cõ o castigo por i..... to mas quen ten mas uisios não nos quer..... xare disen la p.<sup>a</sup> o justo pello pecador..... e nalgũs prasas deste Reino terão alg..... dadose gente da tera o on aconteser m.<sup>to</sup> gran..... aballos e não conheseirão hus aos outros e..... ou sera o m.<sup>to</sup> sange ou por o fumo..... poluora ou algus..... na dita tera || e garde dês a Casa Real q̄ não aya alguãs desauensas entre pais e filhos de Coroa e setro, E não sera huã ues só E nisto não me alargo mais e histo queira dês não seia mais. E ueio mais q̄ faltara huã pessoa da Casa Real. E veio mais q̄ se sua altesa q̄ dês g.<sup>do</sup> não sei se tera algu dia desauensa cõ algus dos enfâtes. E ueio q̄ algus tpo q̄ uen pesuir o Reino de ser senhor de alguãs teras q̄ nunca forão sogeitas ao reino e ueio mais q̄ huã ilha q̄ se chama a ilha encuberta a irse meter debaixo do poder deste Reino ou os nosos millagrosamente ir lla dar alguã nao cõ que eles mesmos se uenhão ofereser como llealis uasallos debaixo do Rei q̄ entan gouernar q̄ sera senhor de m.<sup>tas</sup> teras e isto sera en tpo q̄

portugal esteia mais descuidado asim como o estaua cando se aleuanteu cõ este Rei q̄ Dēs nos  
 garde dom joão o quarto pesuidor e.....rdeiro dos mesmos Reinos || mais chegara portugal  
 quando estiueren mor apertamento de m.<sup>to</sup> inimigos por tera ou por mar ou entredouro e  
 miho ou no ..... jlha como atras fica dito se quererão. Alauantar algus grade cõ Algus os  
 destas teras q̄ atras fica dito. E se corera cõ cartas não m.<sup>to</sup> tpo antes q̄ se alauante e o ini-  
 migo lhe botara m.<sup>ta</sup> gente de m.<sup>ta</sup> nasois entera p.<sup>a</sup> o ajudarem A defender não aponto no  
 brasil nem na jnda porq.<sup>to</sup> os ueio m.<sup>to</sup> enfadados de tantos tiranos como são os q̄ deste reino  
 uão p.<sup>a</sup> lla e tanto biso reis como gouernadores nas ditas tera e nas mais q̄ são sogeitas ao  
 reino m.<sup>to</sup> pudera escrever nesta materia mas não me alargo mais quero tratar de fransa q̄  
 o mesmo se fara lla e se alevantara hu grande cõ parte do Reino e tanben cartiado cõ Cas-  
 tella e ainda de m.<sup>to</sup> inimigos del Rei de fransa e isto ..... meiro a de soseder q̄ o de per-  
 tugal pasa ..... o prinsipe grandes desgostos e trauelhos ..... trase uen cõ tantas treisois  
 daquelles q̄ ..... seus parentes e mais amigos e este g..... de q̄ se alauantar en fransa tudo  
 sera por uia de ..... de Castella o..... cõpos cõ toda ..... nos q̄ ele pud.....ra de sincoen...  
 Ate os sete ja estára quebrado cõ algus e o mesmo principe de fransa se não tornara res-  
 taurar a parte do Reino q̄ se alauantara como ia tenho dito se o não restaura no mesmo anno  
 q̄ se allauantar não sei quando se tornara a iuntar por q.<sup>to</sup> algus ulandeses e imgreses serão  
 en ainda do q̄ se allauantar e se unirão cõ Castella cõtra o primcipe e se se allauata esta parte  
 de fransa como atras fica dito pode sera o prinsepe grandes apertos vendo o pouo que tres  
 Reis Cristaos q̄ a e os mais uesinhos q̄ a outros en toda a monarquja q̄ todos andão cõ ge-  
 ras e q̄ hu so delles os desenquieta a todos sen ter resão nenhuã q̄ se anda metendo cõ os eni-  
 migos q̄ são cõtra a fe catolliqua que se uai pondo cõtra deus noso Sõr e cõtra ..... que elle  
 manda/m.<sup>to</sup> mais pudera escrever mas não me quero allargar por iso estimara ..... tar en  
 parte q̄ auisara a sua mag.<sup>de</sup> q̄ pusese cobro ..... seu Reino e mesmo pudera mandar diser ...  
 ..... fransa p.<sup>a</sup> q̄ dēs acudira ao pouo e ueio q̄ ..... morerão m.<sup>to</sup> grandes e pesoa de pretimo  
 de ..... morte e algus de pesonha e desponha os ..... en portugal toda a misiricordia.....

\* \* \*

papel muito notauel do q̄ |  
 a de suseder em portugal |  
 feito no anno de 1648. |  
 a mesma pessoa mo deu |  
 so para eu uer.» (1)

# REFLEXOS DA RESTAURAÇÃO NA VILA DE TÔRRES VEDRAS

No dia primeiro de Dezembro do ano do Senhor de 1640, «alegre como favorecedor da nossa liberdade», ecoara em Lisboa o grito da Revolução.

E atrás de Lisboa foi todo o País. Em escassas três semanas Portugal inteiro quebrava as cadeias da odiosa servidão e proclamava a sua lealdade ao rei Legítimo, como se em seus altos desígnios Deus determinara «que o mesmo golpe que cortou a vida de Miguel de Vasconcelos quebrasse a amizade e desunisse os interesses que ainda na véspera ligavam portugueses e castelhanos».

No dia 6 desembarcava no Tejo, na Casa da Índia, ao cabo de longa caminhada desde o seu paço de Vila-Viçosa, o 8.º duque de Bragança, D. João, segundo do nome, que o consenso unânime da Nação exaltara ao Trono de seus maiores, ainda antes da sua coroação, e que iria revelar-se habilíssimo piloto da nau do Estado em tão tormentosa viagem.

Logo após se expediram avisos a tôdas as cidades e vilas do Reino para que procedessem à aclamação do seu Rei e Senhor natural.

E assim aconteceu em todos os lugares do Mundo, onde viviam e moirejavam portugueses, com aquela obediência e confiança que fazia dizer ao autor do *Portugal Restaurado* que «foram sempre os Reis de Portugal igualmente senhores e pais de seus vassallos».

.

. .

A aclamação de El-Rei D. João IV na histórica e vetusta vila de Tórres-Vedras revestiu-se, além do mais, de certa importância de ordem moral, pois, o seu alcaide-mor, D. João Soares de Alarcão, não obstante ser português de nascimento e até natural desta vila, era bem conhecido pelo seu extreme castelhanismo, sendo dedicado parcial de Filipe IV, que mais tarde o fez marquez de Turcifal.

É curioso notar que o avô deste alcaide, D. Martim Soares de Alarcão e Melo, recusou por duas vezes entregar ao Prior do Crato o castelo de Tórres-Vedras, que então governava, sendo a última no ano de 589, quando o infelizmente pretensor, tendo desembarcado em Peniche com o auxílio dos ingleses, tão encarecido se dirigiu a Lisboa, cujos bairros extremos alcançou, abalando logo, após breves escaramuças, para Cascais, onde embarcou mais a tropa inglesa. Esta acção valeu-lhe ser amerceado por Filipe II com o título de conde de Tórres-Vedras, para si e seus sucessores o qual, bem como o de marquês de

Turcifal dado a seu neto D. João Soares, como já dissemos, nunca foram reconhecidos em Portugal. Por êste facto apelidou D. António a histórica vila de *Tôrres Traidoras*, lançando-lhe com êste *desabafo retórico* — como disse Camilo — todo o seu desprezo.

Porém, não deve levar-se o caso à conta de menos fervor patriótico dos torreanos, antes ao pêso da guarnição castelhana, reforçada com quatro companhias mais, chegadas de Castela, como refere o cronista Herrera e, ainda, à miséria moral em que tôda a nação se debatia, incapaz de uma reacção tendente a recuperar o equilíbrio das suas fôrças vitais.

Os Soares de Alarcão descendem do fidalgo castelhano D. João de Alarcão, que veio para Portugal em 1500, com sua mãe a camareira-mor da rainha D. Maria e casou com a filha herdeira de Gomes Soares de Albergaria e Melo, reposteiro-mor dos Srs. Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel e alcaide-mor de Tôrres-Vedras; chamava-se essa senhora D. Margarida Soares de Castro.

E assim entrou na família Soares de Alarcão a alcaidaria-mor que na mesma se conservou até ao famigerado marquês de Turcifal.

Vê-se que o sangue espanhol resistiu às influências lusitanas...

A notícia da gloriosa Revolução do 1.º de Dezembro devia ter chegado rapidamente a Tôrres-Vedras, onde então a guarnição castelhana era quasi nula; esta circunstância e a franca hostilidade dos principais fidalgos da vila e têrmo, cujos moradores ansiavam por sacudir o jugo estrangeiro e anos atrás já se haviam manifestado contra a exageração dos tributos, levaram o renegado alcaide-mor a fugir para a Espanha, onde com bom agasalhado recebeu o prémio da sua traição.

A aclamação de El-Rei D. João IV na antiga e rica vila estremenha, onde teve assento o célebre conselho do fundador da dinastia de Aviz, que decidiu da conquista de Ceuta, princípio da nossa expansão no Mundo, não foi, pois, um facto vulgar sem significado moral.

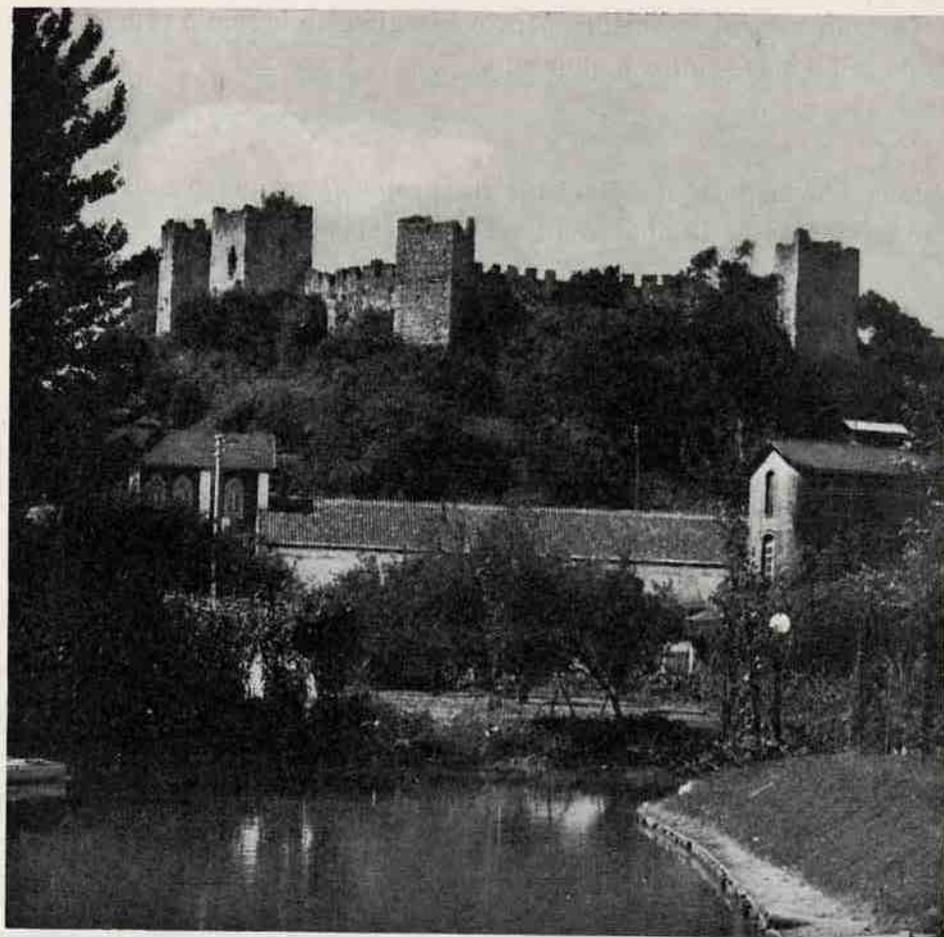
A êste notável acontecimento local, se referem os documentos que damos a seguir *in extenso*, por cópia paleográfica do livro dos Registos da Câmara Municipal, n.º 5, a fôlhas 51 verso e 52.

Trata-se de uma carta inédita de El-Rei D. João IV, datada de 10 de Dezembro de 1640, comunicando ao juiz, vereadores e procurador do concelho, ter sido *chamado e levantado* por Rei e Senhor natural e ordenando se proceda à sua aclamação na referida vila.

O outro documento é a *reportagem*, digamos assim, da cerimónia local da aclamação, feita pelo escrivão da Câmara Francisco Botelho Machado, em pitoresca linguagem e intrincada caligrafia.

É notável a maneira como o povo foi convocado para esta solenidade: «mandaraõ

uir os Juizes das uintenas deste termo com hũa pessoa de cada casa da gente do ditto termo ...».



CASTELO DE TORRES VEDRAS

I

TRESLADO DA CARTA DEL REY DOM JOAÔ O QUARTO A PRIMEIRA  
Q̃ ESCREUEO A CAMARA DESTA VILLA

Juis uereadores e procurador da Camara da Villa de torres uedras eu el Rey uos enuio m<sup>o</sup> saudar; ja hauereis emtemdido a merce q̃ approuue a Deos nosso sñor de me fazer na Restituisam da coroa destes meus Reinos e posto q̃ de ttodos os uasalos e naturais deles e particularmente os moradores dessa uilla tenho por serto q̃ em Conformidade do que esta sidade de lisboa comesou me auereis chamado e leuantado por uosso Rey e

senhor natural se por uentura se tiuer dilatado esta solenidade uos emcomendo e mando q̄ logo o fasais na forma costumada estando sertos q̄ todos meus desejos e ausois se amde encaminhar sempre a vos defender e gouernar com justiça e amor de pay sem perdoar a trabalho ou periguo algũ q̄ conuenha pera comsegir este imtemto escrita em lisboa a des de dezembro de mil e seis sentos e quorenta.

Rey

fr<sup>co</sup> botelho machado a fes Registrar da propia q̄ se meteo no cofre do cartorio da camara em tores uedras de 18 de dezembro de mil seis sentos e corenta anos.

fr<sup>co</sup> Botelho machado

## II

E pera se dar comprimento a ditta cartta na forma q̄ sua mg<sup>de</sup> manda na carta asima se ordenou nesta villa q̄ em dozoito deste mes de dezembro de 1640 se fisece hũa prosição em a qual se aiuntou o crero desta villa e a nobreza della a q̄ o juis e uereadores madaraõ uir os Juises das uintenas deste termo e asim iunto todo o ditto pouo em a igreja de nosa snor<sup>a</sup> do castello e adro della sendo ahi tambem hũa companhia de arcabuzeiros da ordenamsa desta villa em q̄ foy por capittaõ bertolameu anriques e Joaõ machado por alferes com a bamdeira na maõ chegou a porta prinsipal da dita igreja aomde estauaõ iuntos os uereadores frencisco do rego goriaõ uereador mais uelho q̄ seruia de juis pella ordenasaõ Belchior homem de carualhossa Bertolameu bareiros baracho e fr<sup>co</sup> Botelho machado escriuaõ da camara sendo tambem presente o doutor Miguel pinheiro de brito corregedor desta comarca o ditto Juis tomou a ditta bamdeira da maõ do alferes e a vista do ditto pouo se apelidou a elRey Dom Joaõ o quarto o ditto Juis que disse as palauras seguintes

Nobres e caualeiros desta villa de torres uedras e omrado pouo della sabej que temos Rey portuges por merce de Deos chamado Dom Joaõ o quarto deste nome aclamaiio todos comigo por uosso Rey e senhor dizendo

Viua, Viua, Viua

Nobres e caualeiros e omRado pouo desta Villa de ttores uedras Prometeis de defemder esta bamdeira del Rey dom Joaõ o quarto com uosas pessoas e as de uosos filhos e com uosas fasemdas, Prometemos.

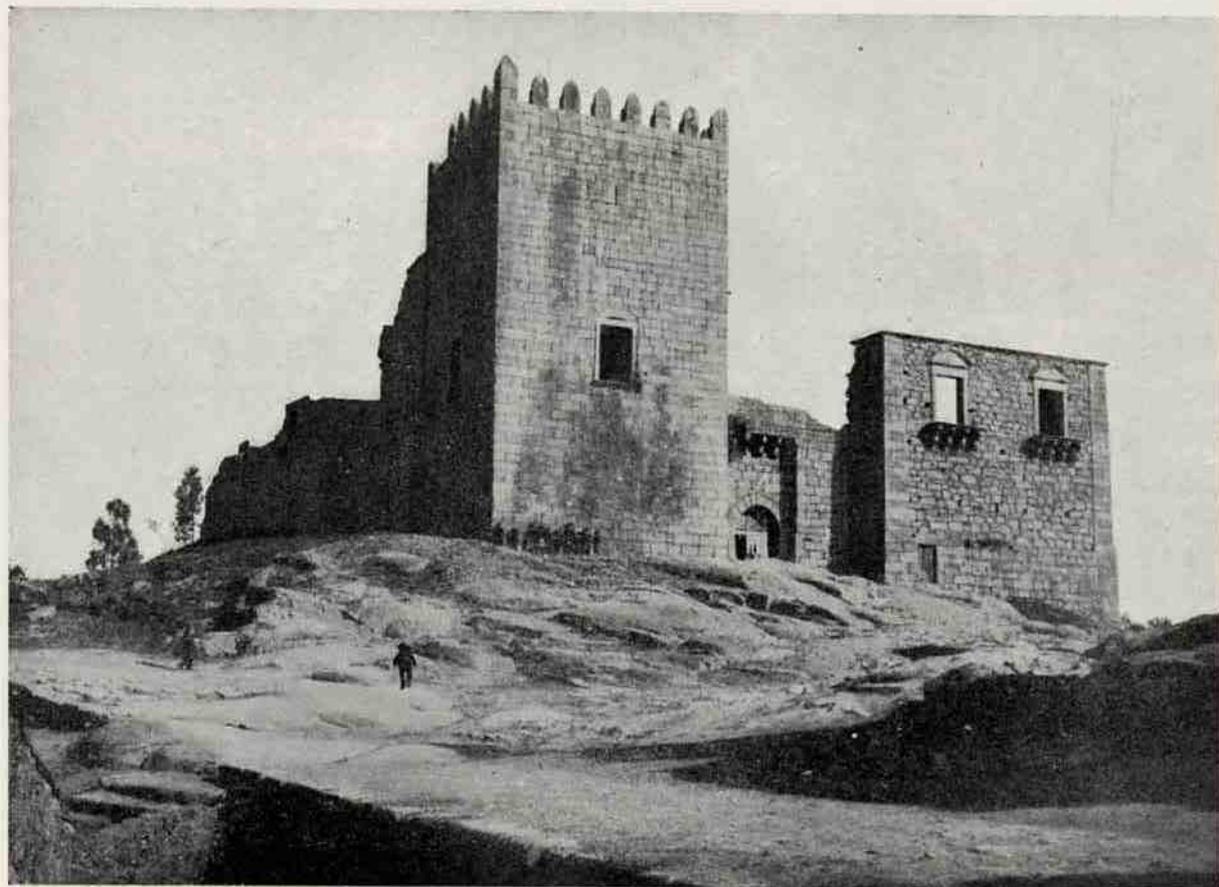
Real Real por el Rey de portugal Dom Joaõ o quarto

e todos diraõ o mesmo e sendo asim aclamado o ditto Rey e senhor de todo o pouo q̄ presente estaua en uos alta sahio da ditta igreiiia hũa solene prosição cõ os folgares q̄ a tera deu de sim e acabouse a ditta prosição em mosteiro de nosa snor<sup>a</sup> da grasa desta yilla aonde se dise misa camtada e pregaçaõ.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## BELMONTE — SORTELHA

Todos os verdadeiros patriotas se devem regozijar com a obra de acentuado patrio-



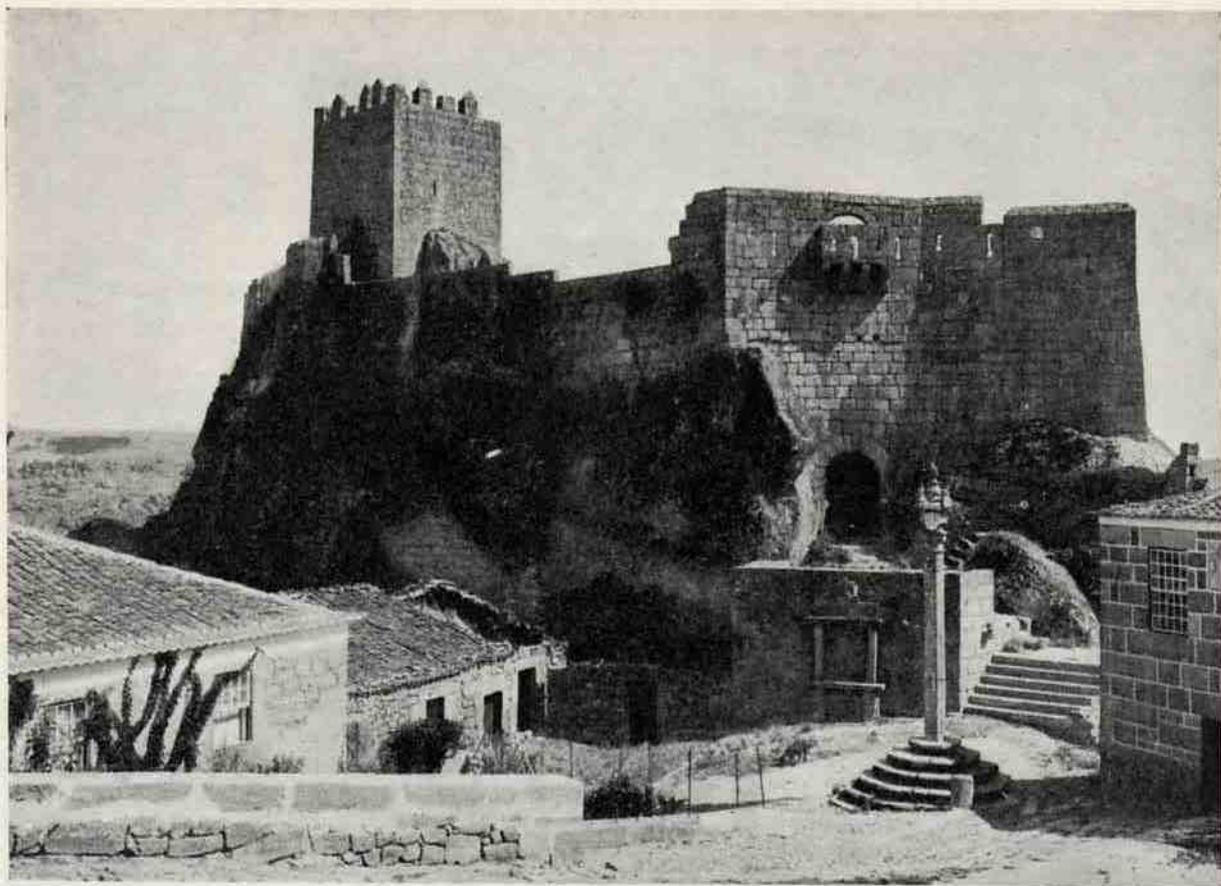
*CASTELO DE BELMONTE*

tismo que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais está realizando, por todo o país, em prol dos castelos de Portugal.

Pena é que essa obra se não possa estender a todos os castelos, que merecem ser conservados, a-fim-de evitar que a acção do tempo e dos homens deite por terra, impiedosamente, tão veneráveis muralhas e tórreres que conseguiram resistir e manter-se até aos nossos dias.

Felizmente que estas duas antiqüíssimas fortalezas de que ligeiramente nos ocupamos, neste artigo, foram das subsidiadas ultimamente, e na verdade bem merecido foi êsse auxílio que permitirá algumas pequenas obras de restauro que bastante contribuirão para o seu embelezamento e conservação.

Qualquer destas fortalezas vem mencionada na interessante lista das fortalezas e cas-



CASTELO DE SORTELHA

telos que consta do «auto» das cidades e vyllas e concelhos q̄ ha na comarq̄ da b.<sup>ra</sup>, feito na cidade da Guarda a 30 de Agosto de 1513, e já citado nos nossos anteriores artigos.

Atribui-se a edificação dêste castelo a D. Diniz.

Era um elegante e sólido monumento de architectura militar medieval, que pela sua situação devia ter mantido certa actividade guerreira.

Foi senhor dêste castelo Fernão Cabral, conhecido pelo Gigante da Beira e descendente do grande descobridor do Brasil Pedro Alvares Cabral. Junto do castelo havia um

magnífico solar, hoje em ruínas, que pertencia aos senhores de Belmonte, casa que gozou de muitos privilégios e prerogativas, de que foi privado em 1640, por se colocar ao lado de Castela.

Diz Pinho Leal, que no castelo se conservava uma maça de ferro, usada pelo tal gigante, e que pesava mais de uma arroba.

Do castelo ainda existem alguns panos de muralhas, a tórre de menagem e outras ruínas sôbre as quais devem recair as obras de restauro que nele se pretendem fazer.

Perto de Belmonte, a uns 1.500 m. ao N., estão as ruínas da tórre de Centum Celtas, também conhecida pela tórre de S. Cornélio.

Sortelha é povoação antiqüíssima que teve foral dado por D. Sancho II.

Mas a D. Sancho I se atribue a sua fundação e a edificação do seu forte castelo, que com outros se foram levantando e que deviam fazer frente à linha das fortalezas de Leão, construídas por Afonso IX, nos territórios que se estendiam pelas margens do Còa.

Sortelha, situada sôbre uma elevação penhascosa, era cercada de robustas muralhas, sendo considerada como uma forte e importante posição.

Foram seus alcaides mores os barões de Quintela, depois condes de Farrobo.

No reinado de D. Manuel I foi alcaide mor e senhor de Sortelha Manuel Sardinha, sucedendo-lhe Pedro Zuzarte e a êste seu filho Garcia Zuzarte, que, autorizado por D. João III, vendeu êste senhorio em 1532 a D. Luiz da Silveira, mais tarde conde da Sortelha.

JORGE LARCHER



## REVISTA DA IMPRENSA

## IMPrensa PORTUGUESA

*A-propósito das comemorações do sexto centenário da batalha do Salado, integradas nas celebrações nacionais deste ano aureo, publicou o Diário da Manhã de 30 do corrente um excelente artigo de João Ameal, intitulado A Cruzada do Salado, que gostosamente arquivamos nas páginas desta Revista.*

A batalha do Salado — de que hoje se celebra, com justa e expressiva solenidade, o sexto centenário — é, na verdade, uma das mais gloriosas datas da nossa História medieval, cristã e guerreira. Da nossa História — e da História da Península, que nessa grande hora formou bloco uno e íntegro frente ao invasor mauritano Nada mais oportuno e justo do que festejá-la agora, neste lance difícil da vida do Mundo, e convidar para a festa os representantes da Espanha amiga — hoje, como então, alinhada na mesma frente espiritual contra todo o inimigo dos ideais peninsulares.

Recordemos, sumariamente, os factos. Na terceira década do século XIV, em torno de certas queixas da Princesa D. Maria, filha do Rei de Portugal, contra seu marido Afonso XI de Castela e, também, da vinda de D. Constança Manuel, esposa prometida do nosso Príncipe herdeiro D. Pedro — houve desavença e guerra entre os dois Soberanos vizinhos. Mas essas questões, que duplamente se podem chamar «de família», esmoreceram e anularam-se, de súbito, perante a grande ameaça que se adensava no Sul. Enfurecido pela morte do filho, Abu-Melich, ás mãos dos cavaleiros de Fernão Ponce, fronteiro espanhol de Vila de Arcos e movido de-certo pelo intuito de recobrar para o domínio árabe larga parte das terras hispânicas — Abul Hassan, Rei de Marrocos, preparava uma expedição de vulto. Desbaratada a armada castelhana do almirante Tenório, tornou-se-lhe fácil a passagem do Estreito. De Sevilha, esquecida das suas queixas conjugais, a Rainha Maria escreveu a pedir o auxílio paterno, em nome da solidariedade peninsular. Recebeu favorável resposta e, de facto, uma esquadra comandada por Manuel Peçanha dirigiu-se aos portos da Andaluzia. Entretanto, a avalanche passou da Africa para as costas da Espanha durante cinco meses. E, associados, os Reis de Marrocos e de Granada surgiram frente a Tarifa — seu primeiro objectivo.

Era o espectro da invasão sarracena, que reaparecia com loda a sua força. Compreenderam os portugueses estar a sua causa intimamente ligada à de Afonso XI e ser necessário opor muralha sem fendas à investida. Afonso IV organizou as suas forças com a máxima brevidade. Reuniu-se depois ao genero em Sevilha. Já não havia vestígios das desinteligências passadas. O espírito de Cruzada animava de novo os sucessores de Pelágio.

Junto ao rio Salado — a 30 de Outubro de 1340 — defrontaram-se os dois grandes exércitos. Ficara combinado que aos de Castela competiria o ataque a Abul-Hassan e aos nossos o ataque às tropas granadinas. Abria-se uma clara manhã. Ambo os Monarcas e os seus cavaleiros, possuídos do maior fervor, convictos da gravidade do momento, confessaram-se e comungaram. «Não houve em algum

Christão olhos tão duros, que cõ lagrimas de esforço non testemunhasse desejar de morrer por serviço de Deus & salvando a Alma atalhar a perdiçam de Espanha que ante si viam» — descreve Rui de Pina. Dirigiram os chefes alocações aos combatentes, repassadas de fé e de confiança. Depois, todos arremeteram; levavam, á frente das hostes, como protecção decisiva, a reliquia do Santo Lenho.

Foi duríssimo o embate — tanto, de um lado e do outro, se tomara consciência da sua importância. Portugueses e castelhanos passaram impetuosamente o rio, esmagaram a furiosa resistência inimiga. Enquanto Afonso XI, em perigo numa face culminante da refrega, era salvo pelos seus homens — o nosso Afonso IV, adiante de todos, mais bravo que nenhum, cobria-se de glória, afirmava-se factor primordial do triunfo. Simultaneamente, a guarnição heroica de Tarifa operou inesperada surtida. Colhidos de vários lados, incapazes de suste o impulso, os moiros debandaram em confusão. Sobre as massas fugitivas fizeram os cristãos enorme carnificina. Dela conseguiu escapar o Rei de Granada, perseguido até Marbella; Abul Hassan embarcou em Algeciras e atingiu Ceuta. As perdas do infiel somavam-se por milhares. Pelo que consta dos relatos árabes, a sua expedição, que havia efectuado a travessia em cinco meses, à razão de sessenta galeras diárias, regressou, desfeita, em duas semanas, à razão de doze galeras por dia. Números eloquentes, que dão bem idea da imensidade da hecatombe.

Do largo espólio colhido no acampamento dos vencidos, apenas Afonso IV tomou ínfima parte: alguns prisioneiros de marca, espadas cravejadas de brilhantes e uma ou outra jóia para lembrança do feito. Quanto a moedas, nenhuma. O nosso Rei fôra ali movido por altas razões de proselitismo e desinteresse. Como única recompensa queria a de se honrar ante a posteridade, a de saber que colaborara na salvação da Península — onde a última grande ofensiva muçulmana acabava de sofrer irreparável derrota.

«Podemos ver, nesta batalha, o ponto culminante de evolução da idea da cruzada contra os moiros, pelo menos no que diz respeito a Portugal». Eis a sentença do categorizado erudito alemão Carl Erdmann no recentíssimo estudo «*A idea de Cruzada em Portugal*», a propósito da jornada magnífica do Salado. De facto, nessa manhã de 30 de Outubro, mais ainda do que nas Navas de Tolosa, a Cruzada empolgou os aliados peninsulares. Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal testemunharam o primado dos valores transcendentales contra a vaga islamita e a sua vitória, obtida pela união diante do invasor, foi a vitória do Ocidente, ao serviço de Deus.

Correram seiscentos anos. São os mesmos princípios que nos orientam, as crenças que nos dominam, a causa que nos une, frente ás adversidades e aos perigos. Que nesta celebração da Cruzada do Salado a amizade firme de Portugal e Espanha se cimente com maior ardor ainda; e que a Península continue a apresentar ao Mundo o luminoso exemplo de duas grandes Nações ligadas pelo culto da ordem, da paz, do affecto mútuo — e dos altos ideais de há seis séculos!

REVISTA DO MUSEU

